



Carta Social e do Trabalho

ISSN 1980-5144

INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

Diretor

Fernando Sarti

Direção Executiva do CESIT

José Dari Krein

Anselmo Luis dos Santos

Conselho Editorial

Carlos Alonso Barbosa de Oliveira

José Carlos de Souza Braga

Marcio Percival Alves Pinto

Paulo Eduardo de Andrade Baltar

Edição e Coordenação de Pareceristas

Denis Maracci Gimenez

José Ricardo Barbosa Gonçalves

Membros do CESIT

Adriana Nunes

Alessandro Cesar Ortuso

Alexandre Gori Maia

Amilton José Moretto

Anselmo Luis dos Santos

Carlos Alonso Barbosa de Oliveira

Carlos Salas Paez

Daniel de Mattos Hofling

Daví José Nardy Antunes

Denis Maracci Gimenez

Eugênia Troncoso Leone

Geraldo Di Giovanni

José Dari Krein

José Ricardo Barbosa Gonçalves

Magda Barros Biavaski

Marcelo Weishaupt Proni

Márcio Pochmann

Marco Antônio de Oliveira (Licenciado)

Maria Alejandra Caporale Madi

Maria Alice Pestana de Aguiar Remy

Paulo Eduardo de Andrade Baltar

Sônia Tomazini (Licenciada)

Waldir José de Quadros

Walter Barelli

Wilnês Henrique (Licenciada)

Apoio Administrativo

Susete R. C. Ribeiro

Projeto Visual e Editoração Eletrônica

Célia Maria Passarelli

CESIT – Instituto de Economia da Unicamp

Cidade Universitária Zeferino Vaz

Caixa Postal 6135 – CEP 13083-970

Campinas – SP

Telefone: 55 – 19 – 3521-5720

E-mail: cesit@eco.unicamp.br

www.eco.unicamp.br/cesit

TEMA: RECUPERAÇÃO ECONÔMICA E O GOVERNO LULA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Editores 1

ARTIGO

Recuperação Econômica e Trabalho
no Governo Lula

Anselmo Luis dos Santos 2

APRESENTAÇÃO

Editores

Neste último número da Carta Social e do Trabalho de 2013, publicamos o artigo “*Recuperação econômica e trabalho no governo Lula*”, do professor Anselmo Luis dos Santos, um dos editores desta Carta.

Trata-se de um balanço retrospectivo acerca do período de retomada do crescimento ao longo dos dois mandatos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e seus impactos positivos sobre o mundo do trabalho. O trabalho destaca que “o processo de forte expansão do emprego assalariado com registro (protegido pela legislação trabalhista, social e previdenciária brasileira), juntamente com o crescimento do emprego nos setores mais organizados da economia (inclusive na grande empresa e no setor público) e com uma recuperação substantiva dos salários – resultado das negociações coletivas num contexto econômico favorável e, principalmente, de uma política bem sucedida de expressiva elevação do valor real do salário mínimo – expressam a parte mais decisiva desse processo de reestruturação do mercado e das relações de trabalho, que foi capaz de aumentar num ritmo mais elevado os melhores postos de trabalho, principalmente em função do maior ritmo de crescimento econômico”. Ademais, são abordados os efeitos virtuosos da interação entre o dinamismo do mercado de trabalho com um conjunto de políticas públicas: fiscalização do trabalho, Bolsa Família, políticas de promoção das micro e pequenas e empresas e de micro empreendedores individuais e de combate ao trabalho infantil e análogo à escravidão.

Por fim, ressalta-se que apesar dos avanços entre 2003 e 2010, falamos de uma estrutura ocupacional ainda marcada por elevada participação de trabalhadores por conta própria, do emprego doméstico e não remunerado, associadas a situações ocultas de desemprego e à estratégias de sobrevivência. Neste sentido, apesar do baixo desemprego, a análise sublinha que apesar das baixas taxas de desemprego, o Brasil está longe de uma situação de pleno emprego, que somente poderá ser alcançada no futuro com a manutenção de robustas taxas de crescimento, favorável a melhor estruturação do mercado de trabalho nacional.

RECUPERAÇÃO ECONÔMICA E TRABALHO NO GOVERNO

Anselmo Luis dos Santos¹

1 Introdução

A ascensão de Lula ao poder no Brasil se deu num contexto de profunda crise econômica e social, cujos determinantes remontam à crise da dívida externa dos anos 80 e aos resultados desastrosos da implementação do projeto neoliberal no Brasil, a partir do governo Collor no início dos anos 90. Nos dois mandatos do Governo Fernando Henrique Cardoso, apesar da estabilização dos preços, o baixo crescimento econômico aliado ao aprofundamento das reformas neoliberais acabaram por agravar fortemente o quadro de crise econômica e social.

Em 2003, o quadro de crise econômica era marcado por elevada dívida e vulnerabilidade externa, fuga de capitais, aceleração inflacionária, crise fiscal e elevada dívida pública, juros altíssimos e reduzido ritmo de crescimento econômico. O mercado de trabalho alcançava os níveis mais elevados de desestruturação e precarização, contribuindo para o agravamento da crise social, da desigualdade e da pobreza. A partir de 2004 observa-se um processo de recuperação econômica que iria resultar na elevação das taxas médias de crescimento do PIB para 3,5%, no período 2003-2006, relativamente aos governos anteriores dos anos 90, e num média ainda maior de crescimento no período 2007-2010, mesmo num contexto de fortes impactos da recente crise internacional. Nesse contexto, o mercado de trabalho brasileiro evoluiu de forma significativamente positiva, com um forte aumento do emprego formal, estancamento do processo de elevação do emprego sem registro, do trabalho não assalariado e não remunerado, redução do desemprego, forte aumento do valor real do salário mínimo, recuperação dos salários em geral, redução da desigualdade de rendimentos e da pobreza.

Esse texto analisa a evolução da economia brasileira no período 2003-2010 e sua relação com algumas políticas públicas voltadas para as áreas social e do trabalho e com o comportamento geral do mercado de trabalho brasileiro. Com o objetivo de contextualizar a situação de crise econômica e social enfrentada pelo Governo Lula, na seção seguinte é apresentado um breve resumo da evolução da economia brasileira e de seu mercado de trabalho no período 1980-2002. Na seção 3, a partir da consideração da evolução da política econômica e de suas relações com o maior ritmo de crescimento econômico, das novas políticas públicas implementadas, especialmente aquelas com impactos maiores sobre o mundo do trabalho brasileiro, busca-se descrever as

¹ Professor do Instituto de Economia da Unicamp e Diretor-adjunto do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit/IE/Unicamp). E-mail: anselmocesit@gmail.com.

progressivas melhorias do mercado de trabalho brasileiro, assim como explicar os seus determinantes mais importantes. O mesmo caminho é trilhado na seção 4, na análise do segundo mandato do Governo Lula (2007-2010), na qual se destaca os determinantes da aceleração da taxa de crescimento econômico, os maiores impactos das políticas públicas nas melhorias alcançadas no mundo do trabalho brasileiro, inclusive colocando em destaque as políticas governamentais de enfrentamento da crise internacional, as razões de seu sucesso e os seus impactos positivos no mercado de trabalho e na situação social do país. A seção 5, por fim, é dedicada às considerações finais.

2 A situação econômica e do trabalho no Brasil: antecedentes do Governo Lula

De 1981 até 2003, o mercado de trabalho brasileiro apresentou um comportamento profundamente negativo. Nos anos 80, refletindo a crise da dívida externa, as políticas de “ajuste” exportador e de transferências de recursos reais ao exterior, inflação crescente e descontrolada, reduzido nível de crescimento econômico, observa-se uma clara tendência de deterioração do mercado de trabalho brasileiro, expressa principalmente pela elevação do desemprego, pelo aumento do trabalho por conta própria e assalariado sem registro, pela redução da participação do emprego assalariado da grande empresa e elevação do emprego nas micro e pequenas empresas, pela redução real do salário médio e do salário mínimo, pelo avanço das terceirizações e subcontratações, pela redução do peso do emprego industrial (Baltar, 1996; Santos 2006a)².

De 1990 até 2003, refletindo ainda os problemas associados à crise da dívida externa e a aceleração inflacionária, e principalmente os impactos da implementação das políticas neoliberais do período (1994-98) e de forte sobrevalorização cambial, a tendência negativa observada na evolução do mercado de trabalho brasileiro foi caracterizada por um processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, ou seja, por uma expressiva redução do peso do assalariamento na estrutura ocupacional (Baltar, 2003). No entanto, nesse contexto de desestruturação também ocorreu um aprofundamento das tendências observadas nos anos 80 e o surgimento de novas formas de precarização do trabalho (Krein 2007).

O processo de desestruturação esteve fortemente concentrado no período 1994-99, no qual também se concentrou a sobrevalorização cambial e quando foram mais profundos os impactos conjuntos da abertura comercial, das privatizações e concessões de serviços públicos, da reestruturação produtiva, dos programas de demissão voluntária e reforma administrativa no setor público, da implementação de medidas flexibilizadoras das relações de trabalho, do avanço do

² Nos anos 80, a tendência de deterioração do mercado de trabalho brasileiro foi interrompida no período 1984-86, marcado por um maior ritmo de crescimento econômico e estabilização monetária temporária (1986). No conjunto do 1990-2003, também observa-se um período divergente (1994-96), com aumento do emprego, redução do desemprego, recuperação parcial dos salários e maior ritmo de crescimento econômico. Mas nesse último caso, os impactos da implementação das políticas neoliberais ainda continuaram apresentando seus efeitos deletérios sobre o mercado de trabalho brasileiro, mesmo num contexto de estabilização da inflação e de maior crescimento econômico.

processo de subcontratação e terceirização e do reduzido ritmo de crescimento econômico – especialmente no período 1997-99 (Santos, 2006a; Baltar 2003; Pochmann; Fagnani 2005; Krein 2007). Assim, no período 1995-99 observa-se uma redução absoluta do emprego com registro em carteira e uma expressiva elevação do assalariamento sem registro. Reduz-se a participação do emprego industrial, da grande empresa e do setor público no conjunto da estrutura ocupacional, elevando a participação do trabalho não assalariado por conta própria e o não remunerado, do emprego assalariado sem carteira, do emprego assalariado no segmento de micro e pequenas empresas, dos trabalhadores em cooperativas, terceirizados, contratados como pessoas jurídicas, assim como amplia-se os contratos atípicos – a tempo determinado, parcial, estagiários, aprendizes (Krein, 2007).

Após o período de maior nível de atividade econômica (1993-96), as taxas de desemprego voltaram a aumentar em 1997 e alcançaram níveis recordes em 2003, expressando um profundo aumento do desemprego aberto, mas também do desemprego oculto pelo trabalho precário e pelo desalento. Nesse período, também os salários reais apresentaram perdas expressivas, apesar de uma significativa recuperação do poder de compra do salário mínimo em curso principalmente desde 1994 – refletindo uma situação mais favorável com a estabilização do processo inflacionário – e que resultou numa melhoria do poder de compra do mínimo no conjunto do período 1990-2003, na contramão da tendência de desestruturação e precarização do mercado e das relações de trabalho no Brasil.

Refletindo uma inserção externa subordinada e precária e os resultados das políticas neoliberais e da valorização cambial – especialmente dos elevados déficits comercial e em conta corrente, do novo ciclo de endividamento externo, da conversibilidade da conta de capital, do processo de substituição monetária, da forte expansão da dívida pública (Carneiro 2002) –, o aprofundamento da vulnerabilidade externa da economia brasileira, em meio à intensificação do ambiente de instabilidade financeira internacional expressa pelas crises asiática e russa, o Brasil foi forçado a abandonar a desastrosa política de âncora e sobrevalorização cambial, recorrendo aos empréstimos e se submetendo às recomendações do Fundo Monetário Internacional a partir de 1998 e alterando o seu regime de política econômica a partir de 1999.

A nova política econômica, assentada na ortodoxia neoliberal do F.M.I., no regime de câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário, significou a progressiva perda de controle sobre a política monetária – comprometida com as metas de inflação e tensionada pela elevada vulnerabilidade externa –, sobre a situação fiscal – pressionada pelos juros elevadíssimos e pelas metas de superávits primários –, sobre a taxa de câmbio e também sobre controle inflacionário em 2002, refletindo a maior importância das determinações da elevada vulnerabilidade externa sobre o comportamento da economia brasileira, numa situação de afirmação das políticas neoliberais no país (Carneiro 2002).

O ritmo e as características do crescimento econômico tornaram-se variáveis de “ajustes” das perseguidas metas de inflação e de ajuste fiscal, num contexto de extrema vulnerabilidade externa (déficit em conta corrente e dívida externa elevada), o PIB expandiu-se a taxas muito modestas no período 1999-2003, reproduzindo o baixo crescimento já observado no período 1997-98. Entretanto, o abandono da situação de valorização cambial com a adoção do câmbio flutuante – que resultou em forte desvalorização da moeda brasileira no conjunto do período 1999-2003 – e a necessidade de aumentar a arrecadação para fazer frente a consecução de um superávit primário nas contas públicas, resultaram em alguns impactos positivos em termos de recuperação da geração de emprego assalariado formalizado, especialmente a partir de 2000.

Neste ano, passado os efeitos mais deletérios da crise de 1998-99, o PIB brasileiro cresceu 4,4%, num contexto de redução do déficit na balança comercial que já vinha desde a desvalorização cambial de janeiro de 1999. Por um lado, foram reduzidos os impactos negativos em termos de destruição de emprego formal com o encarecimento, o baixo crescimento econômico de 1999 e seus impactos de redução das importações. Em contrapartida, a expansão das exportações numa situação cambial mais favorável e também o crescimento mais elevado de 2000 provocaram impactos positivos sobre a maior geração de empregos formalizados na grande empresa exportadora – também numa condição de salários reais deprimidos e custo do trabalho em dólar muito reduzido.

Por outro lado, a necessidade de realização de superávit primário resultou num aperto da fiscalização do pagamento de impostos e de contribuições sociais, de forma que algumas mudanças legislativas e operacionais na fiscalização – assim como um papel mais ativo da procuradoria e da justiça do trabalho e dos sindicatos no combate às fraudes e ilegalidades trabalhistas – contribuíram para o aumento da formalização do emprego, cuja ilegalidade e informalidade havia se ampliado profundamente no período 1990-99. Desta forma, o emprego formal já começa a apresentar crescimento a partir de 2000, mas o seu peso reduzido na estrutura ocupacional brasileira, diante de uma população ativa em crescimento, impediu que esse processo resultasse numa redução do desemprego e não foi capaz de evitar a continuidade do processo de redução dos salários reais.

Assim, o período 1999-2003 foi marcado por elevado endividamento externo e interno, por taxas de juros reais altíssimas, pela contenção dos gastos públicos – especialmente dos investimentos já muito deprimidos –, e, apesar da expressiva mudança da situação comercial e da conta corrente – de posições deficitárias para superavitárias –, e de geração e aumento do superávit primário nas contas públicas, observa-se uma elevada instabilidade e volatilidade cambial e crescimento da dívida pública como proporção do PIB (até 2002), ou seja, de uma situação externa e fiscal adversa e enfrentada por uma política econômica extremamente liberal e conservadora, que

resultou num ritmo de crescimento econômico pífio no conjunto do período, ainda pior do que no período 1994-98³.

Portanto, mesmo num contexto de recuperação do emprego formal e de um patamar mais elevado do salário mínimo, como resultado do reduzido crescimento econômico e dos impactos da taxa de câmbio sobre a elevação do patamar inflacionário, as taxas de desemprego elevaram-se no período 2001-2003, os salários continuaram caindo, e não ocorreram mudanças positivas que alterassem o elevado peso do emprego assalariado sem registro, do trabalho por conta própria, do trabalho não remunerado e do emprego doméstico, marcados pela ausência de proteção social e trabalhista, pelos baixos rendimentos do trabalho, por reduzidos benefícios prestados pelas empresas e famílias contratantes.

As condições econômicas e sociais legadas ao Governo Lula, que toma posse em janeiro de 2003, após 12 anos de implementação de políticas neoliberais no país, foram apropriadamente denominadas, por integrantes do novo governo, como uma “herança maldita”, dada a gravidade da crise social e econômica. No setor externo, observa-se uma elevada dívida e enorme vulnerabilidade, a ingerência das políticas neoliberais do FMI na gestão da política econômica brasileira, uma fuga de capitais e forte desvalorização da moeda nacional.

Internamente, observa-se uma situação de crise fiscal manifesta por uma dívida pública equivalente a quase 60% do PIB, cujo crescimento era turbinado por uma elevadíssima taxa de juros real utilizada como âncora monetária para os preços e como medida para amenizar a vulnerabilidade externa e a fuga de capitais. O quadro era ainda agravado por uma inflação ascendente, cujo taxa anualizada apontava para quase 20% ao ano.

Do ponto de vista produtivo, observava-se um reduzida taxa de investimento – público e privado, uma menor participação do valor agregado e do emprego industrial no conjunto da estrutura produtiva e ocupacional, o desadensamento das cadeias produtivas com o aumento das importações, assim como uma menor diversificação da estrutura produtiva brasileira e maior

³ Tanto os anos de ajuste exportador, como os anos de abertura comercial e financeira mostraram que o crescimento econômico brasileiro ficou subordinado as dificuldades enfrentadas no front externo: pagamento da dívida externa (anos 80); elevado déficit em transações correntes, vulnerabilidade externa e crise cambial no período 1998-2003. Por um lado, até 1993 o reduzido ritmo de crescimento econômico estava determinado pela política de consecução de elevados superávits comerciais e geração de divisas para o pagamento da dívida externa, num contexto em que períodos de maior crescimento econômico (como o de 1984-86) mostravam-se incompatíveis com esse pagamento, por força da maior absorção interna e redução do superávit. Por outro lado, o aprofundamento da abertura comercial, com sobrevalorização cambial, e seu desdobramento na ampliação do endividamento, numa enorme vulnerabilidade externa e na crise cambial de 1998-99 mostrou não somente o equívoco da estratégia de uma inserção externa que confiava na capacidade do país conseguir financiar seu déficit em conta corrente, atraindo “poupança externa” que viabilizasse a especialização de sua estrutura produtiva, a modernização de seu sistema financeiro e a construção de melhores vantagens competitivas e de inserção internacional, mas também mostrou que o enfrentamento de um quadro externo agravado pela própria implementação das políticas neoliberais – após as crises asiática e russa – limitou as possibilidades de crescimento econômico sustentado, na medida que as políticas monetária e fiscal jogavam contra o crescimento, orientando-se pelos impactos da vulnerabilidade externa sobre o câmbio, os juros, a dívida pública e a situação fiscal.

concentração em atividades de baixa intensidade tecnológica, de reduzido valor agregado e associadas a maior utilização de recursos naturais e trabalho barato.

O grau de desnacionalização da economia brasileira era bem maior nesse contexto, após os impactos do processo de privatizações, concessões, abertura do setor de serviços ao capital estrangeiro, fim da reserva de mercado na área de equipamentos de informática e da exclusão do patenteamento na área químico-farmacêutica, processo que afetou pela privatização e/ou desnacionalização principalmente as áreas de siderurgia, petroquímica, setor aéreo, energia elétrica, telecomunicações, mineração, fertilizantes, bancos, aeronáutica, setor varejista, entre outros.

Por outro lado, era reduzido o nível de endividamento das empresas e famílias, assim como a participação dos salários na renda nacional. O desemprego era recorde e explosivo, reflexo de um mercado de trabalho desestruturado, marcado pelo forte aumento da participação das ocupações mais precárias e não assalariadas, de baixo rendimento e geradas em micro e pequenas empresas ou no trabalho por conta própria, não remunerado e doméstico. O aumento da desigualdade de rendimentos, mesmo dentre os rendimentos do trabalho, da desigualdade social, assim como a baixa capacidade do investimento público em infra-estrutura e gasto em políticas sociais completavam o terrível quadro de crise social, pobreza, fome, anomia social e violência.

A eleição do Presidente Lula, resultou, em certa medida, desse quadro de horror econômico e social vivido pela população brasileira. Entretanto, o primeiro ano do Governo Lula caracterizou-se pelo aprofundamento da política econômica assentada no tripé: metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário. A política econômica conservadora do “mais do mesmo” resultou no corte dos gastos públicos, elevação da carga tributária e maior superávit fiscal, expressiva elevação da taxa de juros. Além disso, o governo buscava realizar um conjunto de reformas neoliberais (Reforma da Lei de Falências, Reforma da Previdência do Setor Público, privatização de alguns bancos estaduais, mudanças no crédito pessoal – com a aprovação do desconto do pagamento dos financiamentos no salário dos trabalhadores – crédito consignado), defendidas pelos perdedores das eleições, e anteriormente repudiadas pelo partido do Presidente Lula e por outros partidos da sua base de apoio. O objetivo era tranquilizar os credores quanto à manutenção dos contratos e aos pagamentos das elevadas dívidas externa e pública interna, além de reduzir a desconfiança dos investidores, evitar a fuga e atrair capitais externos, criando melhores condições para estabilizar a taxa de câmbio e também reduzir a inflação.

As tendências recessivas foram, portanto, aprofundadas e o PIB brasileiro somente não foi reduzido em 2003 em função dos impactos positivos do forte aumento das exportações e da contenção das importações provocadas pela letargia do mercado interno. Entretanto, o crescimento do PIB foi de pouco mais de 1%, contribuindo para a continuidade do aumento do desemprego, da redução dos salários e de muitos aspectos negativos que vinham marcando os processos de deterioração, desestruturação e de precarização do mercado de trabalho brasileiro desde os anos 80.

Assim, apesar das positivas expectativas de mudanças construídas em torno da eleição do Presidente Lula, a economia brasileira vivenciou no primeiro ano de seu mandato, em 2003, a continuidade do processo de deterioração do mundo do trabalho. Também neste ano, os traços gerais do mundo do trabalho mostravam os impactos negativos da política econômica: elevação do desemprego; queda dos rendimentos do trabalho; aumento da informalidade e do trabalho precário. Logo, o otimismo deu lugar ao pessimismo para aqueles que esperavam a implementação imediata de políticas que pudessem enfrentar o terrível quadro de crise econômica e social. Além da política de maior superávit primário e de elevação da taxa de juros, as reformas estruturais liberais ainda agravaram o quadro de perplexidade de parcela expressiva dos eleitores de Lula.

3 A recuperação econômica num cenário internacional favorável: impactos sobre o mercado de trabalho no período 2003-2006

Diante de um cenário de elevada dívida pública, vulnerabilidade externa e inflação crescente, a opção de política macroeconômica guiou-se pelo extremo conservadorismo no primeiro mandato do Governo Lula, tanto no que se refere à política fiscal e ainda mais em relação a política monetária⁴.

Favorecidas por um cenário de expressivo aumento da demanda internacional por commodities e, secundariamente, por um quadro interno marcado por taxa de câmbio desvalorizada e expressiva capacidade ociosa em diversos segmentos produtivos, surpreendentemente⁵, as exportações passaram a apresentar um vigoroso e sustentado ritmo de crescimento, especialmente a partir de 2003 e que se prolongou até os impactos negativos da crise internacional sobre o comércio mundial. Com o expressivo aumento das exportações, a consecução de um superávit no comércio externo e nas transações correntes, com a redução da desconfiança dos investidores externos que resultaram num aumento da entrada do capital estrangeiro e retorno daqueles que deixaram o país no ano anterior, a situação externa melhorou, o risco país reduziu-se depois de alcançar 2.400 pontos, a moeda brasileira pode recuperar parte de sua elevada desvalorização, a inflação foi cedendo e a política monetária passou a ser menos apertada no final do ano, contribuindo para uma elevação do ritmo de crescimento econômico em 2004.

Esses resultados, no entanto, não foram suficientes para eliminar a frustração e o ceticismo em relação as possibilidades de sucesso do governo e de sua política econômica para boa parte dos

⁴ O aprofundamento de uma política econômica conservadora e adversa ao crescimento, em 2003, mostrava-se como o exemplo acabado do equívoco da estratégia de ajustar o comportamento da economia brasileira a uma situação de câmbio flutuante num contexto de extrema vulnerabilidade externa, em função dos fortes estrangulamentos resultantes na gestão das políticas monetária e fiscal. O ponto central para compreensão das possibilidades colocadas posteriormente para a elevação do ritmo de crescimento econômico reside no fato de que as mudanças no cenário internacional provocadas pela expansão da liquidez, aumento do comércio mundial, elevação progressiva dos preços das commodities, crescimento sincronizado das economias desenvolvidas e (num ritmo ainda maior) dos países em desenvolvimento provocaram a continuidade do processo de forte expansão das exportações brasileiras, da geração de saldos comerciais e em conta corrente e do afluxo de capital estrangeiro.

⁵ Para muitos economistas críticos parecia muito improvável não somente a manutenção dessas taxas de crescimento das exportações como também a impossibilidade de sua coexistência com taxas substanciais e sustentadas de crescimento econômico do PIB brasileiro.

críticos das políticas liberais e dos que esperavam mudanças que levassem ao maior crescimento econômico, melhorias no mercado de trabalho e enfrentamento da questão social⁶. Com esses decisivos impactos da forte elevação da demanda e dos preços das commodities e da consequente elevação do saldo comercial brasileiro, o conservadorismo da política econômica ganhou força e passou a ser visto por grande parte do governo como o principal pilar das expressivas melhorias da situação econômica e financeira do País⁷.

Com a manutenção do vigor exportador determinado externamente pela economia mundial e, em especial, pela demanda chinesa e asiática, os efeitos multiplicadores do comércio exterior sobre a demanda interna, juntamente com a implementação de políticas que ampliaram o acesso ao crédito (crédito consignado), que aumentaram o volume de transferências de renda aos pobres (bolsa família), que elevaram o salário mínimo e, com isso, o piso dos benefícios previdenciários, o mercado interno passou a se constituir na principal fonte de elevação da demanda e o PIB passou a apresentar um crescimento médio expressivamente superior a média dos sete anos anteriores, entre 2004 e 2006 – ano em que termina o primeiro mandato do Governo Lula.

Mesmo num período que contou com várias reversões na política de redução das elevadíssimas taxas de juros – que provocava a desaceleração do ritmo de crescimento – a taxa de crescimento do PIB alcançou uma média de 3,5% ao ano, nos quatro anos do primeiro mandato do Governo Lula e 4,3% no período 2004-06. No entanto, deve-se ressaltar que as políticas econômicas conservadoras restringiram o ritmo de crescimento econômico, que se situou num patamar bem mais baixo do que o observado em vários países em desenvolvimento e da América Latina.

Essa situação dificultava o enfrentamento dos graves problemas sociais herdados do governo passado (fome, baixos salários, desemprego altíssimo), com o qual o Governo Lula havia se comprometido. Já em 2005, o Governo se mostrava, por um lado, fortalecido diante dos interesses financeiros nacionais e internacionais, com a inflação sob controle, uma melhoria expressiva na situação externa e uma tendência de queda na relação dívida pública/PIB⁸. Mas, por outro lado, se

⁶ Fundamentadas nos resultados econômicos extremamente negativos de quase 25 anos de políticas de “ajuste” exportador para o pagamento da dívida e das políticas neoliberais implementadas no início dos anos 90, as críticas de vários economistas heterodoxos apontavam para a projeção de uma incompatibilidade daquelas políticas macroeconômicas com a retomada de um patamar mais elevado e sustentado de crescimento econômico, aspecto decisivo para o enfrentamento dos principais problemas econômicos e sociais do Brasil. Veja Belluzzo e Carneiro, 2003,

⁷ Essa inesperada “folga” na situação externa, resultante de um cenário internacional extraordinário, permitiu que a economia brasileira apresentasse um ritmo de crescimento econômico pouco maior no período 2004-06, mas ainda bem abaixo da média dos países em desenvolvimento e também menor do que os observados em países que enfrentaram crises externas ainda mais graves e declararam a moratória de suas dívidas, como a Rússia e a Argentina.

⁸ Mesmo com a leve recuperação econômica e a maior absorção interna, o superávit comercial elevou-se nos anos seguintes, contribuindo de forma decisiva para a melhoria da situação externa. Grande exportadora de commodities e de produtos manufaturados para vários países em desenvolvimento – que cresciam num ritmo ainda mais elevado – a economia brasileira passou a receber maior afluxo de capitais pela conta corrente e pela conta de capital, de forma que o risco país foi sendo reduzido de forma expressiva, a inflação foi convergindo para patamares menores e em linha com as metas de inflação definidas. Assim, já em 2005 o Brasil passou a utilizar-se de divisas acumuladas para antecipar o resgate de títulos da dívida externa (Bradies), pagar o FMI em 2006 e ir acumulando reservas.

mostrava muito fragilizado, especialmente com sua base de apoio popular, diante dos modestos impactos do crescimento econômico sobre o mundo do trabalho e sobre a situação social, com a crise política do “mensalão”, e tendo pela frente um período de eleição presidencial.

Num contexto de maior crescimento econômico, o quadro de desestruturação do mercado e das relações de trabalho no Brasil começa a se modificar significativamente e de forma consistente a partir de 2004, embora com impactos ainda modestos no primeiro mandato – que de forma progressiva e cumulativa foram amplificados no segundo mandato do Governo Lula. A medida que o crescimento econômico, as políticas públicas e a prática sindical foram construindo um contexto de aumento do emprego, redução do desemprego, melhoria do padrão ocupacional, elevação do poder de compra do salário mínimo e recuperação dos salários, ficou cada vez mais evidente, no plano concreto, que tudo isso foi possível prescindindo da flexibilização, ou da redução do já baixíssimo custo do trabalho, ou ainda de medidas que caminhassem no sentido de eliminação de direitos dos trabalhadores.

Mais do que isso: a elevação do salário mínimo e dos salários em geral, num contexto de forte elevação do emprego formal, jogou por terra os argumentos e as teses dos economistas ortodoxos-liberais⁹. Esses sustentaram durante muito tempo, especialmente nos anos 90 e na primeira metade dos anos 2000, que a elevação do salário mínimo e seus impactos sobre a estrutura salarial – provocariam redução do emprego e elevação da informalidade. O caminho para a geração de empregos, para a formalização dos vínculos e para a melhoria das relações de trabalho, nessa perspectiva ortodoxa estaria na flexibilização das relações de trabalho, na redução do custo do trabalho por meio da redução de encargos sociais e de direitos dos trabalhadores.

O alcance de taxas mais elevadas de crescimento econômico foi decisivo para que o mercado e as relações de trabalho melhorassem gradativamente, revertendo vários aspectos negativos provocados pelo processo de reestruturação produtiva, flexibilização das relações de trabalho e hegemonia do pensamento neoliberal, dominantes no Brasil desde o início dos anos 90. O sucesso de muitas políticas públicas e da prática sindical estavam, em certa medida, também associados aos impactos do crescimento econômico: no primeiro caso, por meio dos impactos do crescimento sobre a arrecadação tributária e previdenciária que poderiam ampliar o financiamento da ampliação do gasto público; no segundo caso, pelos impactos do crescimento sobre a geração de empregos, redução do desemprego, melhoria da situação econômico-financeira das empresas, que contribuem para melhorar as condições das negociações coletivas para os trabalhadores.

Com os impactos da maior taxa de crescimento econômico, enquanto a população com 10 anos ou mais cresceu 7,7%, a população economicamente ativa cresceu 9,5%, o total de ocupados cresceu apenas 10,2%, entre 2002 e 2006 (e 4,5% entre 2004 e 2006). Apesar da queda da taxa de desemprego, de 9,2% para 8,5%, entre 2002 e 2006, o número de desempregados ainda cresceu

⁹ O emprego formal cresceu num ritmo muito significativo refletindo não somente os impactos positivos do crescimento, mas também a importância das políticas de regulação do trabalho, especialmente do sistema de fiscalização.

1,7% (veja quadro 1). Além disso, no conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, a taxa de desemprego aberto caiu de 12,4% em 2003 para 10,0% em 2006; mantendo-se, portanto, num patamar ainda muito elevado. Esses indicadores mostram que apesar dos impactos favoráveis do maior ritmo de crescimento econômico, os avanços obtidos no mercado de trabalho brasileiro foram relativamente modestos no primeiro mandato do Governo Lula¹⁰.

Entretanto, em alguns aspectos as melhorias no mercado de trabalho mostraram-se muito positivas, ainda no primeiro mandato: o crescimento da ocupação foi marcado por um movimento de maior crescimento do emprego assalariado e formalizado: 9,7% no setor privado e 5,5% no setor público, entre 2004 e 2006; o número de empregadores apresentou um crescimento ainda mais expressivo (13,7%). Por outro lado, no mesmo período, as piores ocupações apresentaram um menor ritmo de crescimento: o trabalho doméstico cresceu 4,3%; o emprego assalariado sem carteira cresceu apenas 2%, o trabalho por conta própria apenas 1,5%, e o trabalho não remunerado foi reduzido em 8,5% (veja Quadro 3.1).

Quadro 3.1
Indicadores Selecionados do Mercado de Trabalho. Brasil, 2002-2006

	2002	2003	2004	2005	2006	Varição 2002-06 (em %)
PIA (1)	141.575	144.322	146.653	149.549	152.543	7,7
PEA (1)	86.782	88.581	90.672	93.839	94.989	9,5
Ocupados (1)	78.832	79.955	82.476	84.977	86.904	10,2
Desempregados (1)	7.950	8.626	8.196	8.862	8.085	1,7
Ocupados (2)	--	--	80.926	82.811	84.549	4,5
Total de Empregados (2)	--	--	46.548	47.784	49.646	6,7
Empregados do Setor Privado Formal (2)	--	--	25.558	26.875	28.042	9,7
Militares e Funcionários Públicos (2)	--	--	5.563	5.480	5.867	5,5
Empregados Sem Registro (2)	--	--	15.427	15.430	15.737	2,0
Trabalhadores Domésticos (2)	--	--	6.458	6.638	6.734	4,3
Trabalhadores por Conta Própria (2)	--	--	18.551	18.793	18.824	1,5
Empregadores (2)	--	--	3.470	3.670	3.945	13,7
Trabalhadores Não Remunerados (2)	--	--	5.900	5.926	5.400	- 8,5
Taxa de Desemprego Aberto (1)	9,2%	9,7%	9,0%	9,4%	8,5%	- 7,6
Taxa de Desemprego Metropolitano (3)		12,4	11,5	9,0	10,0	- 19,4

Notas: (1) Exclusive dados da Região Norte Rural. Banco SIDRA. 2) Inclusive Região Norte Rural. (3) PME/IBGE.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2002-2006); IBGE. Elaboração Própria.

¹⁰ O quadro de desestruturação do mercado e das relações de trabalho no Brasil começa a se modificar a partir de 2004, com a retomada do crescimento econômico; mas os avanços seriam muito mais expressivos – refletindo também os efeitos cumulativos – no segundo mandato do Governo Lula.

Esses dados expressam uma tendência já caracterizada para o período (Baltar et al 2010), em que as melhores ocupações cresceram num ritmo mais expressivo do que as piores. Além disso, como o processo de formalização do emprego, de elevação do valor real do salário mínimo, com os ganhos reais de salários e a melhoria dos benefícios trabalhistas alcançados nas negociações coletivas, essas piores ocupações passaram a melhorar. A estrutura ocupacional brasileira passou, portanto, a receber os impactos positivos da perda relativa de participação das piores ocupações, da melhoria dessas piores ocupações, e do maior ritmo de crescimento das melhores ocupações – assalariadas, formais, de nível técnico ou superior, em áreas como os profissionais das ciências e artes – que aumentaram sua participação no total de ocupados.

4. Aceleração do crescimento e crise internacional: a continuidade dos avanços no mercado de trabalho brasileiro no período 2006-2010

Importantes mudanças econômicas e políticas ocorridas ainda no primeiro mandato do Governo Lula contribuíram para que outros avanços fossem sendo alcançados e progressivamente resultassem em taxas de crescimento ainda mais elevadas no segundo mandato. A melhoria econômico-financeira, a queda do ministro da economia, Antonio Palocci – fiador da política conservadora –, e a necessidade de reconquistar apoio para enfrentar as próximas eleições contribuíram para que o Governo avançasse na direção de políticas mais progressistas. Nesse contexto, o governo fez um acordo com as Centrais Sindicais em torno de uma política de valorização do salário mínimo, aprofundou o programa Bolsa-família e passou a formular um conjunto de políticas de promoção do desenvolvimento da infra-estrutura, da promoção industrial e de desenvolvimento regional que ganharia o nome de Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Apesar do forte processo de privatizações levado a cabo no Brasil nos anos 90, diferentemente de muitos países da América Latina, no Brasil algumas importantes empresas e bancos públicos foram mantidos sob o controle do Estado brasileiro. E muitas dessas empresas públicas seriam importantes instrumentos, tanto para a implementação do PAC como no enfrentamento da crise financeira internacional de 2008. Nesse sentido, cabe destacar a importância da Petrobrás, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do Banco de Desenvolvimento do Nordeste (BNB), e de outras empresas públicas nas áreas de geração e distribuição de energia, transportes, telecomunicações, saneamento básico, bancos estaduais, empresas na área de pesquisa.

Com a reeleição de Lula, aumentou a importância dada ao Estado na promoção do desenvolvimento; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com uma direção mais qualificada e desenvolvimentista ganha mais recursos e importância política; a Ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Roussef (atual Presidente), que por vezes demonstrou seu perfil desenvolvimentista combatendo de dentro do governo as políticas conservadoras, passa a ter enorme poder, comandando o PAC e os principais projetos do Governo Lula. Com a melhoria da

situação externa, com o pagamento da dívida ao FMI e com a progressiva melhoria da situação fiscal, parte do financiamento do PAC resultou de superávits fiscais primários relativamente menores. Com isso, a política macroeconômica conservadora passou progressivamente a limitar-se à política do Banco Central, ou seja, na política monetária ortodoxa e seus impactos sobre os altíssimos juros e a valorização da taxa de câmbio.

A partir de 2007, as taxas de crescimento econômico elevaram-se substancialmente, refletindo o forte impulso dado pela elevação da renda e do acesso ao crédito das famílias mais pobres e da baixa classe média, cuja renda crescia com os impactos do Bolsa Família, da elevação do salário mínimo, da recuperação real dos salários nas negociações coletivas, com o aumento do emprego e mesmo com a lenta redução da taxa real de juros. Mas o crescimento passa também a ser fortemente impulsionado pelo aumento do gasto e do investimento público, com o PAC, e pelo expressivo aumento do investimento privado. Assim, progressivamente, do primeiro para o segundo mandato do Governo Lula, a política macroeconômica passa a caracterizar-se cada vez menos pelo conservadorismo e mais pela presença das políticas públicas na promoção do desenvolvimento (Barbosa; Pereira, 2010). E é dentro dessa perspectiva de mudança política, numa situação externa e fiscal muito melhor, que se pode entender a decisiva importância das políticas públicas de combate à crise internacional de 2008, momento que tornou mais evidente a preponderância da visão desenvolvimentista/keynesiana na equipe econômica, a despeito da continuidade de uma política monetária extremamente conservadora.

Esse maior ritmo de crescimento do PIB brasileiro, juntamente com a consolidação de um conjunto de políticas públicas – política de valorização do salário mínimo; Bolsa Família; ampliação do acesso ao crédito; programa nacional de apoio à agricultura familiar (PRONAF); ampliação dos créditos do BNDES, principalmente no estímulo ao investimento e no financiamento do PAC –, e com as conquistas dos trabalhadores nos processos de negociação coletivas contribuíram para que a tendência de recuperação e (re) estruturação do mercado e das relações de trabalho no Brasil fossem intensificadas no período 2006-2010.

Refletindo principalmente esses três movimentos, e partindo de um patamar melhor em diversos aspectos do mercado de trabalho brasileiro, no segundo mandato do governo Lula o mercado e as relações de trabalho no Brasil iriam melhorar de forma ainda mais expressiva, mesmo com os impactos da crise internacional.

Os dados da PNAD/IBGE mostram que ocorreu, entre 2006 e 2009, uma forte expansão do emprego assalariado formal no setor privado (13,7%) e do emprego no setor público (9,4%), muito superior ao ritmo de crescimento da PIA (3,4%) e da PEA (2,7%) e também do conjunto dos

ocupados (4,1%)¹¹. Esse desempenho foi suficiente para elevar o peso do assalariamento e da formalização na estrutura ocupacional (veja Quadro 4.1).

Quadro 4.1
Indicadores Seleccionados do Mercado de Trabalho. Brasil, 2006-2009

Indicadores/Ano	2006	2007	2008	2009	Var. (06-09) (%)	Var. (06-08) (%)
PIA	155.247	157.822	160.561	162.807	4,9	3,4
PEA	96.874	97.872	99.500	101.110	4,4	2,7
Ocupados ⁽¹⁾	88.725	89.899	92.395	92.689	4,5	4,1
Desempregados	8.149	7.973	7.105	8.421	3,3	-12,8
Total de Empregados	49.646	51.489	54.187	54.313	9,4	9,1
Empregados do Setor Privado Formal	28.042	29.768	31.881	32.364	15,4	13,7
Militares e Funcionários Públicos	5.867	6.141	6.421	6.638	13,1	9,4
Empregados sem Registro	15.737	15.580	15.884	15.311	-2,7	0,9
Trabalhadores Domésticos	6.734	6.668	6.626	7.223	7,3	-1,6
Trabalhadores por Conta Própria	18.824	19.055	18.689	18.978	0,8	-0,7
Empregadores	3.945	3.372	4.144	3.992	1,2	5,0
Não Remunerados	5.400	5.288	4.587	4.299	- 20,4	-15,1
Taxa de Desemprego Aberto Brasil	8,4%	8,1%	7,1%	8,3%	-1,1	-15,5
Taxa de Desemprego Aberto Metropolitano	10,0%	9,3%	7,9%	8,1%	-19,0	- 21,0

Nota: (1) Exclusive trabalhadores para o próprio consumo e para o próprio uso.

Fonte: PME/IBGE. Elaboração Própria.

Por outro lado, no conjunto do país, entre 2006 e 2009, o emprego assalariado sem carteira apresentou uma queda de 2,7%; o conjunto de trabalhadores não remunerados reduziu-se 20,4%; o universo de trabalhadores por conta própria aumentou apenas 0,8%; o estoque de trabalhadores domésticos que vinha sendo reduzido, entre 2006 e 2008, apresentou um aumento de 7,3% no conjunto do período 2006-2009, principalmente pelos impactos do crescimento de 9% entre 2008 e 2009. Entretanto, mesmo já refletindo os impactos da crise internacional, o estoque do conjunto dessas ocupações mais precárias reduziu-se, entre 2006 e 2009, em termos absolutos – de 46,695 milhões para 45,504 milhões (veja Quadro 4.2).

O aumento do emprego provocou uma significativa queda desemprego em todos os segmentos: homens, mulheres, população com mais de 50 anos, principais responsáveis pela família, jovens, outros membros da família. Entre 2006 e 2008, o estoque de desempregados reduziu-se 12,8%. Com os impactos da crise internacional, a evolução no período 2006-2009 mostra uma elevação de 3,3% no número de desempregados (veja Quadro 4.1). Entretanto, a elevação da

¹¹ O número de empregadores também cresceu 1,2%, entre 2006 e 2009, acumulando um aumento de 15%, entre 2004 e 2009.

taxa de desemprego no período 2008/2009 afetou de forma moderada o mercado de trabalho brasileiro, alcançando 8,3% para o conjunto do país em 2009, ainda abaixo dos 8,4% de 2006 (veja Quadro 4.1)¹².

Antes de adentrar à discussão dos impactos da recente crise internacional sobre a economia e o mercado de trabalho brasileiros cabe destacar os principais movimentos do mercado de trabalho no conjunto do período 2004-2009. Nesse período, observa-se uma expressiva elevação do assalariamento (com e sem carteira), que passou de 51,3% para 53,7% da População Economicamente Ativa (PEA, já que o ritmo de crescimento do emprego assalariado (16,7%) foi bem maior do que o da PEA (11,5%); movimento importante quando se considera a tendência de perda de participação do assalariamento na estrutura ocupacional, especialmente do emprego assalariado formal, nos anos 90. Considerando o conjunto do emprego do setor privado formal, dos militares e funcionários públicos e dos empregadores como uma *próxi* da ocupação formal, observa-se que o ritmo de expansão (24,3%) foi ainda maior do que o do assalariamento e que, como proporção da PEA, esse segmento formal passou de 38,2% para 42,5%, entre 2004 e 2009, revelando uma expressiva formalização da estrutura ocupacional brasileira (veja Quadro 4.2).

Além do aumento do assalariamento e da formalização, a estrutura ocupacional brasileira também melhorou pela queda das ocupações precárias e/ou informais/ilegais. O conjunto dos assalariados sem carteira, dos trabalhadores por conta própria, dos trabalhadores domésticos e sem remuneração apresentou redução absoluta (-1,1%), e uma expressiva queda na estrutura ocupacional brasileira de, 48,2% para 45,3% da PEA, entre 2006 e 2009 (veja Quadro 4.2).

Juntamente com os impactos positivos do aumento progressivo do dinamismo econômico sobre o mercado e as relações de trabalho no Brasil, ao longo dos dois mandatos do Governo Lula, deve-se destacar que as políticas públicas e as lutas e conquistas do movimento sindical foram decisivas para acrescentar melhorias ao mercado de trabalho brasileiro.

O crescimento da formalização refletiu não somente os impactos positivos do crescimento econômico, mas também a importância das políticas de regulação do trabalho, especialmente do sistema de fiscalização. Ocorreu uma intensificação do combate ao trabalho forçado e redução expressiva do trabalho infantil – considerando também sua relação virtuosa com o programa Bolsa Família¹³.

¹² Os dados para as regiões metropolitanas investigadas pelo IBGE mostram que a queda da taxa de desemprego aberto nas áreas mais urbanizadas e industrializadas foi maior: de 10% em 2006 para 8,1% em 2009, ano em que a taxa média de desemprego foi pouco maior do que a de 2008 (7,9%).

¹³ Segundo Baltar et al. (2010), “apesar do esforço de erradicação do trabalho infantil (de menores de 16 anos de idade), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), realizada anualmente, estimou que 1,5 milhão de adolescentes com idades entre 10 e 14 anos participava de alguma atividade econômica em 2008, correspondendo a 8,4% de todas as pessoas com essa idade. Além disso, 10,5% desses menores que participavam da PEA não realizaram nenhum trabalho na semana de referência da pesquisa, mas tomaram alguma iniciativa para encontrar um emprego. Dentre aqueles menores que tinham uma ocupação na semana de referência, dois terços trabalhavam sem remuneração, na maioria dos casos, para algum membro da família, e quase todos os demais eram empregados sem carteira de trabalho.”

Quadro 4.2
Indicadores Seleccionados do Mercado de Trabalho. Brasil, 2004-2009
Números absolutos, participação relativa na PEA e variação no período 2004-09

Indicadores/Ano	2004	2004	2006	2006	2009	2009	Varição 2009-04 (Em %)
PEA	90.672	100,0	96.874	100,0	101.110	100,0	11,5
Ocupados ⁽¹⁾	80.926	89,3	88.725	91,6	92.689	91,7	14,5
Desempregados	8.196	9,0	8.149	8,4	8.421	8,3	2,7
Total de Empregados	46.548	51,3	49.646	51,2	54.313	53,7	16,7
Empregados do Setor Privado Formal	25.558	28,2	28.042	28,9	32.364	32,0	26,6
Militares e Funcionários Públicos	5.563	6,1	5.867	6,1	6.638	6,6	19,3
Empregadores	3.470	3,8	3.945	4,1	3.992	4,0	15,0
Total da Ocupação Formal	34.591	38,2	37.854	39,1	42.994	42,5	24,3
Empregados sem Registro	15.427	17,0	15.737	16,2	15.311	15,1	-0,8
Trabalhadores Domésticos	6.458	7,1	6.734	7,0	7.223	7,1	11,8
Trabalhadores por Conta Própria	18.551	20,5	18.824	19,4	18.978	18,8	2,3
Não Remunerados	5.900	6,5	5.400	5,6	4.299	4,3	-27,1
Total Ocupação Precária	46.336	51,1	46.695	48,2	45.811	45,3	- 1,1
Taxa de Desemprego Aberto Brasil	9,0	9,0	8,4	8,4	8,3	8,3	-7,7
Taxa de Desemprego Aberto Metropolitano	11,5	11,5	10,0	10,0	8,1	8,1	-29,6

Nota: (1) Exclusive trabalhadores para o próprio consumo e para o próprio uso.

Fonte: PME/IBGE. Elaboração Própria.

O salário mínimo ganhou impulso com a campanha realizada conjuntamente pelas centrais sindicais, em torno de uma política de valorização do salário mínimo, ganhando aliados no governo que se comprometeram com uma política de aumento do mínimo negociada com o movimento sindical, e que resultou numa elevação do poder de compra de mais de 50%, entre 2003 e 2010¹⁴. Essa política foi fundamental para a expressiva elevação dos salários de base, das aposentadorias e pensões, dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC) – destinados às pessoas pobres com mais de 70 anos e sem aposentadorias e de outros benefícios sociais e previdenciários (seguro-desemprego, seguro-acidentes, benefícios pagos aos afastados por doenças etc)¹⁵.

¹⁴ O salário mínimo passou de R\$ 200,00 em 2002 para R\$ 510,00 em 2010, um aumento real (descontada a inflação) de 54%. A massa de real de rendimentos do trabalho aumentou 33,3% entre 2002 e 2009.

¹⁵ Num contexto de inflação sob controle e de progressiva valorização cambial, o aumento do salário mínimo, seus impactos sobre os benefícios previdenciários e assistenciais e a recuperação dos salários decorrentes das negociações coletivas resultaram num aumento expressivo da renda média do trabalho e das famílias mais pobres, principalmente dos menores rendimentos, contribuindo de forma decisiva para a redução das diferenças relativas dos rendimentos dos trabalhadores.

O respeito à liberdade de organização dos trabalhadores e a priorização da construção de espaços de diálogos com seus representantes foram também aspectos importantes para a significativa elevação do poder de compra dos salários – crescentes ao longo do período – como resultado de processos de negociação coletiva de conflitos trabalhistas nos setores públicos e privados. Em 2003, apenas 42% das categorias de trabalhadores conseguiram reajustes iguais ou acima da inflação; em 2009 essa proporção alcançou 92%, segundo acompanhamento do DIEESE (2010). A renda média real do trabalho aumentou 22,2% apenas no período 2004-2008 (PNAD/IBGE). E esse processo de elevação das remunerações foi acompanhado por redução das diferenças relativas dos rendimentos dos trabalhadores (Baltar et al. 2010) ¹⁶.

Além disso, o número de ocupados no setor público cresceu de forma expressiva, movimento indispensável para qualquer país que tem como objetivo melhorar a administração pública, a saúde, a educação, a previdência, a segurança pública, como fez a grande maioria dos países desenvolvidos. Os programas de reestruturação de carreiras e de recuperação das remunerações dos servidores públicos federais também atuaram no sentido da valorização do servidor e do serviço públicos. As encomendas realizadas pelas empresas públicas para dinamizar setores, regiões, empresas e o conjunto do mercado interno brasileiro, assim como o papel importante desenvolvido pelos fundos e instituições públicas de financiamento (BNDES, CEF, BB, FAT, FGTS e outros) resultaram também em importantes políticas para o crescimento do emprego e da renda dos brasileiros nas atividades da agropecuária, da agroindústria, da indústria de transformação, da construção civil, do saneamento básico, da infra-estrutura, da energia, transportes e comunicações, dentre outras.

O contexto criado pela redução da vulnerabilidade externa – num situação internacional favorável aos termos de troca, às exportações brasileiras e ao acúmulo de reservas internacionais – e pelas políticas públicas acima mencionadas foi um aspecto decisivo para que pudessem ser viabilizadas, e implementadas com êxito exemplar, as políticas que evitaram que o país fosse afetado fortemente pelos efeitos sociais e econômicos desastrosos da recente crise internacional, vivenciados até o momento por muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O Brasil somente foi afetado fortemente pela crise “sub prime” nos Estados Unidos a partir da quebra do Banco Lehman Brothers. E nesse momento a economia brasileira apresentava um forte

¹⁶ Conforme Baltar et al (2010), “é muito importante destacar o crescimento em abrangência e em renda real não somente da massa trabalhadora e da classe média – que elevou expressivamente seus rendimentos em resultado do maior consumo das famílias de baixa e média renda e do dinamismo econômico –, mas também da parcela da população pobre e miserável, com grandes dificuldades para conquistar rápida inserção no mercado de trabalho e/ou elevação de renda, beneficiada pelas políticas de transferência de renda (Bolsa Família), pela maior abrangência e eficácia do sistema de proteção social e de outros programas (aposentadorias e pensões, expressiva elevação do piso previdenciário com o aumento do salário mínimo, LOAS, PRONAF etc).

nível de atividade econômica, que se acelerava para um ritmo de crescimento anual acima de 7%. Os primeiros impactos foram a forte contração do crédito interno e para o comércio exterior, seguidos pela redução das exportações com a queda dos preços da commodities e a retração do comércio internacional, pela fuga de capitais e elevação do preço do dólar, pela forte redução na demanda interna – por bens consumo e de investimento – resultante do pessimismo, da falta de crédito às empresas e às famílias e da redução da demanda internacional.

De forte aceleração do nível de atividade, a economia brasileira passou rapidamente para uma situação de recessão, no último trimestre de 2008 e no primeiro de 2009, que se manifestou também em demissões em massa e elevação do desemprego. Os efeitos da crise não foram ainda mais contundentes porque o país vinha ampliando a cobertura de seus programas de proteção social, elevando o valor real do salário mínimo, reestruturando e aumentando a contratação e os salários dos servidores públicos federais e implementando um conjunto de medidas de desonerações tributárias no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

Entretanto, foram decisivas as medidas emergenciais tomadas para enfrentar a crise: expansão da liquidez externa, principalmente pela intervenção do Banco Central no mercado de câmbio – com a compra de dólares – e também no mercado de crédito, com o fornecimento de linhas de crédito de curto prazo para o comércio exterior brasileiro, tudo tornado possível pelas elevadas reservas internacionais de US\$ 210 bilhões acumuladas justamente nos anos anteriores de *boom* internacional.

Para enfrentar a forte contração do crédito interno, o governo reduziu o compulsório bancário, com injeção de recursos equivalentes a 3,3% do PIB. Ocorreu, no entanto, um “empoçamento” da liquidez adicional no próprio Banco Central, nos bancos públicos e nos grandes bancos privados, que foi enfrentado com políticas de estímulos do BC para os grandes bancos comprarem carteiras de créditos dos menores, o que melhorou um pouco a situação de liquidez e contribuiu para que não fosse quebrada nenhuma instituição bancária (Barbosa; Pereira, 2010).

A recuperação do crédito, no entanto, somente foi superada com a política governamental de oferecer recursos também no montante de 3,3% do PIB para o BNDES emprestar ao setor produtivo, por meio de um conjunto de linhas especiais de crédito. Com incentivos do Governo Federal, na forma de equalização da taxa de juros, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal cumpriram também um papel decisivo na expansão do crédito produtivo e também para o consumo de bens duráveis. A política governamental também empurrou os bancos públicos para a redução dos spreads e uma forte ampliação do crédito, num ritmo 8 vezes maior do que a expansão do crédito do setor privado nacional e 22 vezes maior do que o observado nos bancos estrangeiros.

Apesar do expressivo atraso e extremo conservadorismo, o Banco Central começou reduzir a taxa básica de juros no primeiro trimestre de 2009, uma das mais elevadas do mundo. A redução da taxa de juros de forma mais intensa ocorreu somente no segundo semestre de 2009 e seus impactos positivos ocorreram principalmente em 2010.

A política fiscal emergencial implementada, principalmente com as desonerações tributárias, no entanto, apresentou impactos mais imediatos do que a redução da taxa de juros. Já no final de 2008 o governo reduziu fortemente o Imposto de Produtos Industrializados (IPI) pago na compra de automóveis, que no ano seguinte foi estendido a outros bens duráveis de consumo, materiais de construção, motocicletas, móveis, e também para bens de capital e alguns alimentos industrializados. Além disso, transferências de recursos da união e sua maior participação financeira nos investimentos em curso nos estados e municípios também contribuíram para a realização de políticas anti-cíclicas nessas esferas de governo (Barbosa; Pereira, 2010).

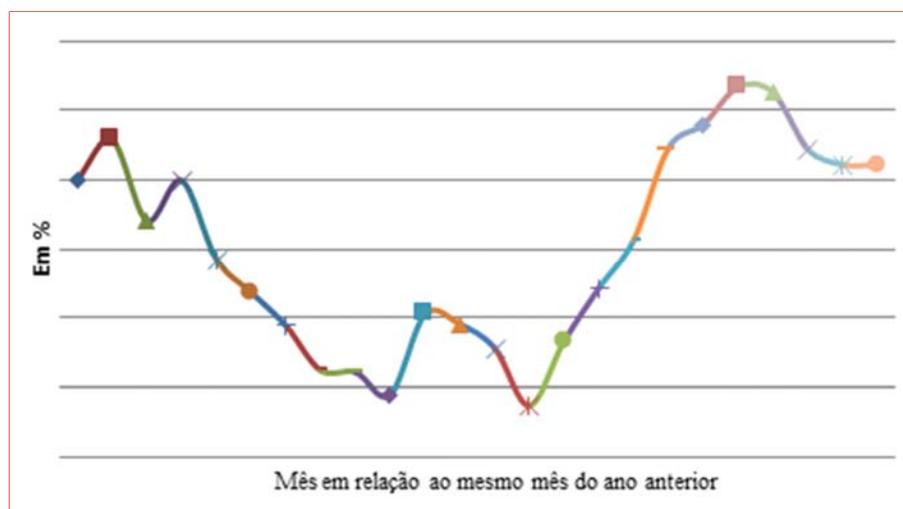
Adicionalmente, o governo elevou o prazo e o valor do seguro desemprego; alterou as metas, a fórmula de cálculo e reduziu fortemente o superávit primário, aumentando o déficit público de menos de 2% para pouco mais de 4%, entre o final de 2008 e de 2009; reduziu a taxa de juros dos financiamentos de máquinas e equipamentos praticamente para zero para evitar a paralização dos investimentos. Durante a crise, o governo também se adiantou na implementação de algumas medidas estruturais que estavam em planejamento: alterou o sistema de alíquotas, aumentando as faixas e reduzindo a incidência do imposto de renda de pessoa física sobre as famílias de menor nível de renda. O governo federal também criou um amplo programa de habitação popular para as famílias de baixa renda, com a meta de construção de 1 milhão de moradias, incorporando pela primeira vez na política habitacional brasileira a utilização de subsídios explícitos estimados em 1,2% do PIB e cobertos com recursos fiscais da União, além de ampliar os prazos e reduzir os juros dos financiamentos, incorporando também subsídios creditícios nos financiamentos para a população de baixa renda, o que juntamente com medidas para a inovação nos processos produtivos da construção residencial e redução de impostos na construção civil contribuíram para ampliar o acesso das famílias brasileiras ao financiamento habitacional (Barbosa; Pereira, 2010).

O êxito das medidas de combate à crise resultou numa expressiva queda da taxa de juros real para 5%, num contexto de redução da inflação provocado pela forte queda da demanda interna e dos preços internacionais das commodities. No segundo semestre de 2009, observa-se um processo progressivo de forte recuperação econômica, o retorno do capital estrangeiro, a progressiva recuperação das commodities, que contribuem para reduzir o pessimismo, para apreciar a moeda brasileira, reduzir a inflação e estimular o crescimento do consumo, principalmente pelo retorno do aumento dos níveis de endividamento das famílias.

Nesse contexto, rapidamente o movimento de redução do emprego foi revertido, criando, a partir do segundo semestre de 2009, um contexto muito mais favorável no Brasil do que os observados em muitos países que passaram a enfrentar impactos fortemente negativos – e por um período muito mais longo – da crise internacional, contribuindo para intensa elevação do desemprego, como foram os casos exemplares dos Estados Unidos e da Espanha.

Os dados conjunturais disponíveis para algumas regiões metropolitanas brasileiras mostram que o ritmo de crescimento da população ocupada começa a desacelerar-se de forma mais consistente apenas em janeiro de 2009, alcançando seu pior momento no período junho/outubro de 2009. A partir do mês seguinte, a população ocupada volta a crescer de forma sustentada e em fevereiro de 2010 já volta a crescer no mesmo ritmo elevado (acima de 3% ao ano) do período anterior aos impactos da crise internacional. Ou seja, os impactos da crise internacional sobre o mercado de trabalho brasileiro concentraram-se num período menor do que 12 meses e o movimento de recuperação do ritmo do crescimento da ocupação foi muito forte e sustentado (veja Gráfico 1).

Gráfico 1
Variação da população ocupada. Regiões Metropolitanas,
Setembro de 2008 a agosto de 2010

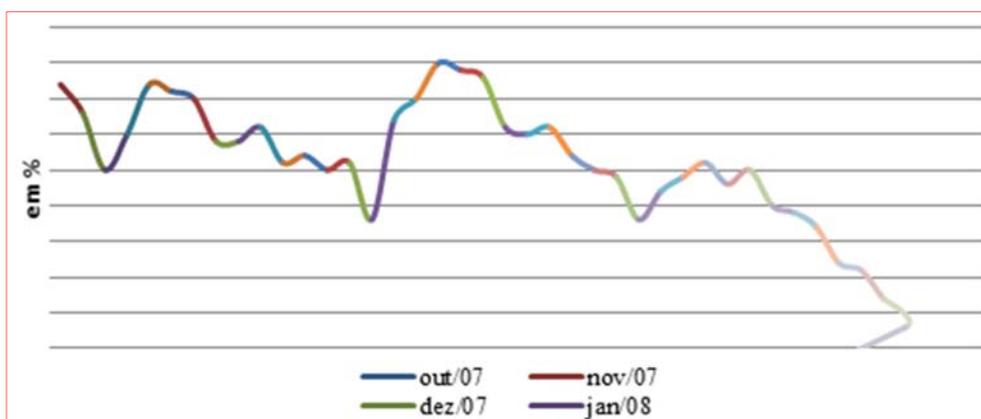


Fonte: PME/IBGE.

Os dados conjunturais referentes ao desemprego, também disponíveis somente para um conjunto de regiões metropolitanas, mostram que ainda em dezembro de 2008 a taxa de desemprego era menor do que a do mesmo mês de 2007, elevando-se para um patamar maior do que em 2008 somente no período janeiro-agosto de 2009 (veja gráfico 2). No período setembro-

dezembro deste ano, as taxas já se encontravam no mesmo patamar de 2008 – menor, portanto, do que no mesmo período de 2007 –, e no primeiro trimestre de 2010 a taxa média de desemprego (7,4%) já era 14% menor do que no primeiro trimestre de 2009 (8,6%) e 12% menor do que no mesmo período de 2008 (8,4%).

Gráfico 2
Taxa de Desemprego Aberto Metropolitana.
Brasil, setembro de 2007 a dezembro de 2010



Fonte: PME/IBGE.

Como resultado das políticas anti-cíclicas implementadas pelo Governo Lula em 2009, que resultou numa expansão de 7,5% do PIB em 2010, as taxas médias de desemprego nesse último ano (6,7%) – assim como no primeiro trimestre de 2011 (6,3%) – alcançaram um dos menores patamares das últimas três décadas (veja Gráfico 2 e Tabela 4.1). Essas políticas de combate à crise foram decisivas para que o mercado de trabalho brasileiro pudesse voltar rapidamente, desde o final do ano de 2009, a apresentar novamente as tendências de progressivas melhoria e estruturação iniciadas com o processo de recuperação econômica a partir de 2004. Enquanto em vários países a crise internacional provocou uma forte elevação do desemprego, mais do que duplicando em alguns países, em 2010 a taxa média de desemprego metropolitano (PME/IBGE) era a menor da nova série de desemprego metropolitano iniciada em 2003 (veja Tabela 4.1)¹⁷.

¹⁷ Entre julho de 2002 e de 2010, a taxa de desemprego metropolitano apresentou uma redução, entre os homens, de 10,2% para 5,4%, e entre as mulheres de 14,1% para 8,7%. A taxa de desemprego dos jovens de 15 a 17 anos reduziu-se de 32,1% para 23,9%; entre os jovens de 18 a 24 anos, caiu de 11,1% para 6,3%; no conjunto de 25 anos ou mais reduziu-se de 8,3% para 4,7%. Para o segmento de pessoas com 50 anos ou mais a taxa caiu mais de 50%, passando de 5,1% para 2,4%, e dentro o conjunto de pessoas que constituem o grupo dos “principais responsáveis” pela família, a taxa de desemprego caiu de 7,4% para 3,9% – uma situação de pleno emprego para esses segmentos da população.

Tabela 4.1
Taxa Média Anual de Desemprego Aberto. Regiões Metropolitanas pesquisadas mensalmente pelo IBGE, 2003-2010 *

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2003	12,4	13,8	16,7	10,8	9,2	14,1	9,5
2004	11,5	12,7	16,0	10,6	9,0	12,6	8,6
2005	9,9	13,2	15,5	8,8	7,7	10,2	7,4
2006	10,0	14,6	13,7	8,5	7,9	10,5	8,0
2007	9,3	12,0	13,7	7,6	7,2	10,1	7,3
2008	7,9	9,3	11,5	6,5	6,8	8,4	5,9
2009	8,1	9,9	11,3	6,4	6,1	9,2	5,6
2010	6,7	8,7	11,0	5,5	5,6	7,0	4,5

* Média das estimativas mensais.

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Mensal de Emprego.

Assim, em 2010, o mercado de trabalho brasileiro não somente havia superado os impactos da crise como apresentava uma das melhores situações das últimas três décadas. Se comparada a 2003, observa-se que eram bem maiores, em 2010, as proporções de empregados com registro e também de empregados em estabelecimentos com 11 ou mais pessoas (mais organizados, produtivos e com maiores rendimentos e melhores benefícios trabalhistas). Refletindo a forte expansão dos empregos assalariados formais, o número de ocupados contribuintes de instituto de previdência, nas seis metrópoles investigadas mensalmente pelo IBGE, passou de pouco mais de 11 milhões em 2002 para cerca de 16 milhões em 2010. Com o forte crescimento do emprego formal, o trabalho autônomo por conta própria, o emprego assalariado sem registro e o trabalho doméstico¹⁸ cresceram em ritmos bem menores. O conjunto de trabalhadores não remunerados apresentou uma redução de mais de 30%, entre 2002 e 2010. Com isso, reduziu-se de forma expressiva o peso das ocupações mais precárias no conjunto da estrutura ocupacional brasileira, refletindo o processo de reestruturação do mercado de trabalho brasileiro no Governo Lula¹⁹.

¹⁸ O ritmo de crescimento dos empregados domésticos com carteira assinada (25%) foi maior do que o dos sem carteira assinada (15,6%), no mesmo período.

¹⁹ Nas seis regiões metropolitanas investigadas mensalmente pelo IBGE (Pesquisa Mensal de Emprego), entre julho de 2002 e de 2010, a proporção de empregados sem carteira reduziu-se de 21,3% em julho de 2002, para 18,2% em julho de 2010; a de trabalhadores autônomos caiu de 19,3% para 18,4% e a de trabalhadores sem remuneração de 1,2% para 0,5%, no mesmo período; a proporção de pessoas subocupadas por insuficiência de horas efetivamente trabalhadas caiu de 3,8% para 2,8% do total de ocupados; o conjunto dos ocupados em estabelecimentos com até 10 pessoas ocupadas – onde concentram-se os negócios menos organizados, que geralmente pagam menores salários, não cumprem a legislação trabalhista e geram menos benefícios trabalhistas – reduziu seu peso na estrutura ocupacional de 42,6% para 39,4%.

5 Considerações finais

No Governo Lula, marcado por uma elevação significativa das taxas médias de crescimento da economia brasileira a partir de 2004, pela implementação de importantes políticas voltadas para as áreas social e do trabalho e, num contexto que se revelou favorável aos resultados positivos obtidos pelas mobilizações sindicais e negociações coletivas, o mercado de trabalho brasileiro apresentou mudanças significativas. No conjunto, essas mudanças resultaram num processo – ainda que parcial – de reestruturação do mercado e das relações de trabalho no Brasil.

O processo de forte expansão do emprego assalariado com registro (protegido pela legislação trabalhista, social e previdenciária brasileira), juntamente com o crescimento do emprego nos setores mais organizados da economia (inclusive na grande empresa e no setor público) e com uma recuperação substantiva dos salários – resultado das negociações coletivas num contexto econômico favorável e, principalmente, de uma política bem sucedida de expressiva elevação do valor real do salário mínimo – expressam a parte mais decisiva desse processo de reestruturação do mercado e das relações de trabalho, que foi capaz de aumentar num ritmo mais elevado os melhores postos de trabalho, principalmente em função do maior ritmo de crescimento econômico.

Em contrapartida à abertura de mais e melhores oportunidades de ocupação no setor formal, a significativa redução das taxas médias de desemprego, a redução do peso do trabalho assalariado sem registro, do trabalho por conta própria, do trabalho não remunerado, do trabalho doméstico e do trabalho infantil na estrutura ocupacional deixam evidentes os aspectos qualitativos positivos desse processo e também expressam a importância de um conjunto de políticas públicas na sua determinação (fiscalização do trabalho, Bolsa Família, políticas de promoção das micro e pequenas e empresas e de micro empreendedores individuais e de combate ao trabalho infantil e análogo à escravidão).

O recente período de taxas mais elevadas de crescimento econômico – mesmo que entrecortado pelos efeitos negativos de uma profunda crise internacional –, acompanhado por um conjunto de políticas públicas voltado para o trabalho – no sentido da regulação e não da flexibilização, da ampliação e não da redução de direitos – e pelas lutas e conquistas do movimento sindical mostrou que a geração de empregos, a formalização, a elevação dos salários e o movimento geral de reestruturação do mercado e das relações de trabalho prescinde dos processos de flexibilização e que, ao contrário, sua eficácia está associada à ampliação da regulação sobre o mercado e as relações de trabalho, ou seja, às políticas públicas e à organização e mobilização sindical dos trabalhadores, aspectos que se demonstraram relativamente bem sucedidos também porque contaram com outro aspecto decisivo: o maior dinamismo econômico. Nesse sentido, as medidas bem sucedidas de enfrentamento da recente crise financeira internacional foram também fundamentais para que os avanços obtidos no mercado e nas relações de trabalho no Brasil não fossem rapidamente perdidos. Ao contrário, foram até mesmo decisivas para que as tendências de

reestruturação do mercado e das relações de trabalho apresentadas ganhassem um ritmo ainda mais vigoroso com o forte do crescimento da economia brasileira em 2010.

Por fim, cabe ressaltar que tem saído principalmente da parte dos economistas ortodoxos-liberais brasileiros – não satisfeitos com o fato que o recente período deixou claro que a realidade ousa novamente a contrariar suas teorias, diagnósticos, e desmoralizar a coerência de suas proposições – o diagnóstico apressado de que a economia brasileira encontra-se numa situação de pleno emprego, aquela que expressaria um ritmo de crescimento acima do não muito respeitado conceito de “produto potencial” e capaz de acelerar a inflação. Isso num país em que ainda é muito elevada a taxa de desemprego entre os jovens, nas cidades menores e integrantes de regiões menos desenvolvidas – principalmente do Norte e do Nordeste do país. E também diante de uma estrutura ocupacional ainda marcada por elevada participação do conjunto trabalho por conta própria, do emprego doméstico e não remunerado, cuja existência tem sido por longo tempo associada – pelo menos para uma parcela expressiva – a situações de desemprego e ao desenvolvimento de estratégias de sobrevivência.

Assim, deve-se salientar que o pleno emprego somente se tornará uma realidade concreta no mercado de trabalho brasileiro dos próximos anos, se soubermos construir o futuro com um crescimento robusto e qualitativamente melhor – do ponto de vista da nossa indústria e do conjunto da estrutura produtiva, da qual depende nossa estrutura ocupacional. Nesse caso, as discussões sobre a qualidade do emprego serão ainda mais importantes, em temas que até mesmo já deveriam ter sido enfrentados. Entre diversos aspectos que necessitam de profundas mudanças para que possamos alcançar uma situação de efetiva estruturação do mercado e das relações de trabalho no Brasil, deve-se destacar algumas que claramente se apresentam como pertencente ao conjunto das mais importantes: será preciso um claro compromisso com metas de redução da jornada de trabalho; medidas que possam reduzir sensivelmente a rotatividade no emprego e os acidentes de trabalho; duro combate às diversas formas de ilegalidade e precariedade, principalmente, à ilegalidade representada pelo enorme contingente de trabalho assalariado sem carteira, assim como aos processos fraudulentos de contratação de empregados disfarçados de pessoas jurídicas; medidas no sentido da regulamentação dos processos de terceirização, de promoção da formalização e de apoio ao trabalho por conta própria e não remunerado; manutenção do combate ao trabalho forçado e infantil. Os efetivos avanços alcançados até agora serão ainda mais reconhecidos, se o otimismo gerado pelos avanços conquistados até agora servir para o reconhecimento da necessidade e a viabilização de medidas capazes de assegurar uma efetiva estruturação do mercado e das relações de trabalho no Brasil.

Referências bibliográficas

- BALTAR, P. E. A. *O Mercado de Trabalho no Brasil dos Anos 90*. Tese (Livre-docência)–Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- BALTAR, P. E. A.; SANTOS, A.; GARRIDO, F.; PRONI, M. Estrutura do emprego e da renda. In: LAPLANE, M.; HIRATUKA, C. (Org.). *Perspectivas do Investimento no Brasil*. Rio de Janeiro: BNDES; Campinas: IE-Unicamp, 2009.
- BALTAR, P. E. A.; SANTOS, A.; KREIN, J. D.; LEONE, E. T.; MORETTO, A.; SALAS, C.; PRONI, M.; MAIA, A. G. *Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira*. Berlim, Alemanha, May 2009. (Global Labour University Working Papers. Paper n. 9).
- BALTAR, P. E. A. Sobre o Regime de Trabalho no Brasil: Rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: BARBOSA DE OLIVEIRA, Carlos Alonso; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (Org.). *Crise e Trabalho no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1996.
- BALTAR, P. E. A.; LEONE, E. & BORGHI, R. Diferenças de renda do trabalho no Brasil: 2004 e 2007. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 11, Campinas, Unicamp, set. 2009. *Coletânea...*
- BARBOSA, N.; PEREIRA, S. J. A. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, E.; GARCIA, M. A. (Org.). *Brasil entre o passado e o futuro*. São Paulo: Boitempo e Ed. Fundação Perseu Abramo, 2010.
- CARNEIRO, R. (Org.). *Desenvolvimento em Crise*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.
- CARNEIRO, R. (Org.). *A supremacia dos mercados e a política econômica do Governo Lula*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.
- CESIT/MTE. *Relações de Trabalho: Brasil e experiências internacionais*. Relatório de Pesquisa apresentado pelo Cesit como produto do convênio CESIT/MTE. Campinas e Brasília, 2006. Mimeografado.
- DIEESE. *Balanco das negociações 2008*. Sistema de Acompanhamento de Salários – SAS. São Paulo, set. 2008. Disponível em: http://www.dieese.org.br/areaAssinante/esp/estudos_remuneracao.xml
- HIRATUKA, C.; BALTAR, C.; ALMEIDA, R. Inserção brasileira no comércio mundial no período 1995-2005. *Boletim NEIT*, IE-Unicamp, Campinas, n. 9, 2007.
- KREIN, José Dari. *As tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990:2005*. Tese (Doutoramento)–Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- LEONE, E.; BALTAR, P. E. A. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 25, p. 233-249, 2008.
- MORETTO, A. O emprego formal nos anos recentes. *Carta Social e do Trabalho*, Campinas, Cesit/IE/Unicamp, n. 3, jan./abr. 2006.

POCHMANN, M.; FAGNANI, E. (Org.). *Debates Contemporâneos – Economia Social e do Trabalho: Mercado de Trabalho, Relações Sindicais, Pobreza e Ajuste Fiscal*. São Paulo: LTr., 2007.

SANTOS, A. L. *Trabalho em pequenos negócios no Brasil: impactos da crise do final do século XX*. Tese (Doutoramento)–Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006a.

SANTOS, A. L. Recuperação do emprego formal e baixo crescimento: impactos sobre o mercado de trabalho. Campinas, Cesit/IE/Unicamp, n. 3, jan./abr. 2006b.